

ESCRavidÃO NO SERTÃO DA PARAHYBA DO NORTE (POMBAL): AS RELAÇÕES ENTRE SENHORES ESCRAVOS – SÉCULO XIX

SEGIEFREDO RUFINO DOS SANTOS¹

ASPECTOS DA HISTORIOGRAFIA DA ESCRavidÃO: BRASIL E PARAÍBA

1 A ESCRavidÃO NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

A partir da década de 30 do século XX, a historiografia brasileira passou a sofrer influências das teorias europeias, em geral essas influências colaboraram para a difusão das ideias científicas dentro do país (MESGRAVIS, 2000). A pesquisa histórica no Brasil, portanto, a partir do início do século XX, sofreu transformações teórico-metodológicas. Tais mudanças são resultantes das diversas influências que os intelectuais brasileiros receberam das teorias vindas do velho continente², e assim passando a se fazer presente nos temas que abordavam a História do Brasil.

No campo historiográfico, em geral, é comum surgirem polêmicas em torno de determinados eixos temáticos. Geralmente, tais polêmicas são resultados das constantes necessidades de se reescrever a História. Essa reinterpretação surge a partir do momento em que “acontecimentos” do passado provocam inquietações no presente (SCHAFF, 2000). Com isso, percebe-se que a produção historiográfica é um processo contínuo e dinâmico, pois sofre alterações por meio de diversas influências³, sobretudo temporais. A esse respeito Adam Schaff, seguindo o pensamento de John Dewey, diz que:

¹ Especialista em História do Brasil – FIP / Faculdades Integradas de Patos – PB.
E-mail: Segiefredo@hotmail.com

² Teorias que queriam produzir o conhecimento histórico a partir dos padrões científicos formulados pelo positivismo e pelo historicismo (MESGRAVIS, 2000, p. 39).

³ Keith Jenkins no livro **A História repensada**, diz que a história é uma construção pessoal, variável aos olhos de quem a ler e que “o passado que ‘conhecemos’ é sempre condicionado por nossas próprias visões, nosso próprio ‘presente’” (JENKINS, 2007, p. 33).

[...] toda construção histórica é selectiva e que tudo depende dos critérios da selecção, [e] que a história é necessariamente escrita a partir das posições do presente, pois que é este quem decide o que considera importante e, portanto, fornece os critérios de selecção (DEWEY, apud SCHAFF, 2000:222).

Além disso, ao se realizar análises de obras historiográficas, não se deve apenas perceber aspectos culturais da formação de quem as produziu e sim tentar entender o meio sócio-cultural no qual o autor está inserido.

A validade dos estudos de historiografia supõe um julgamento da obra de história, não como simples trabalho de inspiração individual, mais ou menos bem-sucedida, segundo a formação cultural do autor, mas compreendida como resultado material e intelectual de uma determinada sociedade com problemas econômicos, sociais, políticos e ideológicos bem definidos [...] (JANOTTI apud QUEIRÓZ, 2000:103).

Isto demonstra que todo escritor recebe influências da sociedade onde está inserido, compartilhando de seus problemas (sejam eles econômicos, sociais ou ideológicos) o que acaba refletindo em sua produção historiográfica. As diferenças teórico-metodológicas são frutos, portanto, da constante necessidade de reescrita da história que surge a partir das necessidades temporais, em um determinado meio social. É a partir disto que se estabelece a construção dos debates historiográficos.

Dentre as temáticas acerca da história do Brasil, a escravidão, certamente, é uma das que mais produziu embates teóricos no campo da produção historiográfica brasileira. É quase impossível abordarmos os períodos que antecederam o surgimento da República Brasileira sem apontar a participação do negro em nossa sociedade, seja nos aspectos econômicos, sociais ou culturais, uma vez que desde o momento em que os portugueses começaram a explorar este tipo de mão-de-obra, o negro contribuiu/contribui na formação cultural do povo brasileiro.

No século XIX, a escravidão brasileira já fazia parte do campo das discussões historiográficas, tanto interna como externamente, uma vez que era tema constante de debates entre os vários viajantes que vinham “conhecer” o Brasil, geralmente, europeus e norte-americanos (SCHWARCZ, 1993). A maneira que a escravidão se organizou na Colônia chamou a atenção desses viajantes e isto fez com que eles se interessassem um pouco mais sobre os aspectos culturais brasileiros e não apenas com os objetos de estudo que inicialmente vinham pesquisar.

À medida que os viajantes obtinham mais informações a respeito da cultura presente na Colônia, ficavam admirados com a mistura de “raças”⁴ ou processo de miscigenação que aqui encontravam. Nos relatos das viagens diziam ser a mistura de raças no Brasil um caso único no mundo, isto é, um verdadeiro “festival de cores” (SCHWARCZ, 1993). Provavelmente, ao fazerem a divulgação dos resultados de seus relatos, os cronistas contribuíam para divulgar a imagem do Brasil como sendo “uma sociedade de raças cruzadas” e assim, conseqüentemente, à medida que era feita esta divulgação, mais viajantes despertavam interesse e curiosidade em conhecer as especificidades culturais da Colônia.

O processo de miscigenação, dessa forma, chamou a atenção de estrangeiros curiosos em pesquisar mais sobre a mistura de “raças” desenvolvida no solo brasileiro⁵. Os norte-americanos foram os principais interessados em tentar realizar um estudo comparativo entre o tipo de escravidão praticada nos países da América do Norte, com o processo escravocrata encontrado na América Latina, sobretudo no Brasil. Entre eles destaca-se Frank Tannenbaum que foi um dos pioneiros a se dedicar sobre a história da escravidão norte-americana. Ele é considerado um dos mais bem conceituados *brasilianistas*, e em suas obras busca entender as peculiaridades do processo escravocrata desenvolvido na América do Norte e América Latina.

A época que estes naturalistas visitaram o Brasil coincidiu com a divulgação das teorias raciais na Europa, na qual o negro era considerado um ser de “raça” inferior à branca. Esse fato talvez tenha contribuído para que aumentasse o interesse dos estrangeiros pelo Brasil, uma vez que o processo de miscigenação praticado em larga escala possibilitasse ao

⁴ Atualmente este conceito passou por duras críticas acadêmicas que destacaram seu caráter preconceituoso e pejorativo. Porém, é imprescindível recorrermos a sua utilização para que se possa compreender o contexto sócio-cultural e mental dos indivíduos do século XIX brasileiro.

⁵ Os estrangeiros que se dedicam a escrever sobre a história do Brasil são denominados de *brasilianistas*, e entre eles Robert Southey, Jhon Armitage e Heinrich Handelman são considerados os primeiros cronistas estrangeiros a registrar informações sobre a Colônia (SCHWARCZ, 1993:12)

européu, através de fontes de estudos, justificar socialmente um possível atraso no processo de civilização da população brasileira. Pois como nota Schwarcz (1993:13),

Nesse como em outros casos, a mestiçagem existente no Brasil não era só descrita como adjetivada, constituindo uma pista para explicar o atraso ou uma possível inviabilidade da nação [...], ao lado de um discurso de cunho liberal, tomava força, em finais do século passado [século XIX] um modelo de análise, respaldado por uma percepção bastante consensual.

Todo o processo de miscigenação desenvolvido no Brasil não fez com que gerasse apenas interesses dos estrangeiros, os próprios intelectuais aqui presentes começaram, mesmo que influenciados por teóricos europeus, a estudar e pesquisar mais sobre a miscigenação brasileira e com isso tentar explicar as estruturas sócio-históricas do território brasileiro.

Entre os brasileiros que discutiram tal temática, destaca-se Gilberto Freyre, preocupado em estudar o processo de miscigenação. Porém, é importante frisar que ele criticava algumas ideias racistas desenvolvidas até então. Percebe-se, dessa forma, a facilidade de encontrar em suas obras a discussão sobre a importância dos povos africanos na formação da cultura brasileira (QUEIRÓZ, 2000). Fato esse que era largamente combatido pelos europeus por causa das teorias racistas em voga no período.

Os principais embates teóricos sobre a escravidão no Brasil surgem a partir de 1933, ano em que foi publicado o livro Casa Grande e Senzala de Gilberto Freyre (SCHWARTZ, 2001). Tal obra é considerada um marco na produção historiográfica brasileira sobre a escravidão, uma vez que ela serve de referência para várias outras produções tanto no Brasil como no exterior. Contudo, o pensamento de Freyre foi alvo de duras críticas, uma vez que divergia parcialmente da tradicional ideia de que os escravos foram duramente reprimidos pela elite branca, vistos apenas como agentes passivos no processo social brasileiro. Contudo, segundo Queiróz (2000:105), “...a partir dos anos 50, aproximadamente, uma nova concepção revitalizou os estudos sobre a escravidão negra, originando uma também nova corrente historiográfica, que se opôs frontalmente às ideias de Gilberto Freyre”.

A visão freyreana sobre a escravidão possibilitou o surgimento de polêmicas sobre o processo de escravidão desenvolvido no Brasil, e que na atualidade ainda gera polêmicas,

conforme a linha teórico-metodológica seguida por cada autor (QUEIRÓZ, 2000). Isto fez surgir, a partir da década de 50, mudanças nos rumos da historiografia da escravidão brasileira. Estas mudanças foram influenciadas pela renovação teórico-metodológica ocorridas na Europa e que passaram a repercutir no Brasil. Como exemplo, pode-se citar o marxismo, corrente historiográfica seguida por boa parte dos revisionistas.⁶

Essa nova corrente historiográfica da escravidão brasileira era composta por nomes como, Florestan Fernandes, Otávio Ianni, Emília Viotti da Costa e Fernando Henrique Cardoso. Todos vinculados à Universidade de São Paulo – USP. Foram, em grande medida, os responsáveis por boa parte das críticas direcionadas ao modelo interpretativo de Gilberto Freyre (SCHWARTZ, 2001). Os revisionistas não concordavam com a ideia de que a distância social entre brancos e negros era fruto das diferenças de classe, mas sim, devido às divergências de cor presente entre os dois grupos. Na ótica de Costa (1998:366),

A maioria da população negra permaneceu numa posição subalterna sem nenhuma chance de ascender na escala social. As possibilidades de mobilidade social foram severamente limitadas aos negros e sempre que eles competiram com os brancos foram discriminados.

Os revisionistas, mesmo sendo contra o pensamento defendido por Freyre e criticando a construção do “mito da democracia racial no Brasil”⁷, queriam mais do que tudo fazer uma renovação teórico-metodológica na historiografia da escravidão brasileira. O objetivo central deles era “[...] entender a repercussão do escravismo no desenvolvimento geral da economia brasileira” (SCHWARTZ, 2001:25).

Eles adotaram esta postura devido à algumas influências teóricas que receberam, sobretudo, das ideias marxistas. Buscaram compreender o funcionamento da escravidão no

⁶ *Revisionista* foi a denominação dada a um grupo de pesquisadores ligados à Universidade de São Paulo – USP que se debruçou acerca da problemática da escravidão. Produzida nos anos 50 e 60 do século XX, suas pesquisas estabeleceram uma releitura da condição escrava no Brasil, bem como críticas a algumas ideias defendidas por Freyre. (COSTA, 1998, p. 366).

⁷ Por meio da construção deste mito, dizia-se que a população negra apresentava possibilidade de mobilidade social igual as dos brancos. Ou seja, a distância entre estes dois estratos se dava mais pela condição econômica que social. (SCHWARTZ, 2001: p. 25).

meio sócio-cultural para que assim pudessem perceber a participação do negro na história econômica do país.

Os revisionistas contribuíram para que houvesse uma renovação teórica e metodológica no campo dos estudos historiográficos acerca da escravidão brasileira. Como descreve Schwartz (2001:26),

Grande parte desses estudos têm sido bastante regionais, apresentados na forma de monografias minuciosas acerca de algum aspecto da escravidão num contexto regional. Ao mesmo tempo, a nova historiografia brasileira da escravidão é de certa forma, uma historiografia regional.

Essa renovação na historiografia fez com que as pesquisas sobre o negro fossem desenvolvidas no âmbito regional, bem como fosse desconstruída a ideia da homogeneidade da vida escrava no Brasil⁸. Os novos estudos, ao contrário, se concentraram especialmente no eixo sul/sudeste do Brasil, ou seja, em um contexto mais regional, no qual se buscava apresentar as peculiaridades do processo de escravidão em cada região.

O surgimento dessas novas pesquisas, sobretudo regionais, fez com que muitos historiadores olhassem por outro ângulo os objetos de estudos que já foram discutidos em épocas anteriores (QUEIRÓZ, 2000), além de abrir espaço para novas possibilidades metodológicas no estudo da escravidão. Exemplo disso é o constante interesse de historiadores em aplicar técnicas demográficas na questão da escravidão brasileira, mas a utilização dessa técnica depende diretamente do fornecimento de fontes, que varia de região para região, como demonstra Schwartz (2001:32),

A aplicação de técnicas de demografia histórica à questões da escravidão brasileira tem sido um dos avanços mais notáveis no estudo da escravidão. A própria demografia histórica é método relativamente novo no Brasil [...], porém, os primeiros estudos demográficos modernos deram pouca atenção à população escrava devido à falta de fontes adequadas [...].

⁸ Em Casa Grande & Senzala, Freyre é criticado por ter dado um caráter homogêneo a toda escravidão brasileira, como se a vida cotidiana do negro fosse igual nas quatro partes do Brasil (SCHWARTZ, 2001: p. 26).

O uso de novas metodologias e fontes no campo da História possibilitou uma ampliação de diversas temáticas no âmbito historiográfico. Além do mais, através da ampliação dos cursos de pós-graduação nas mais diversas regiões do país e o uso das mais novas metodologias colocadas, contribuiu para o desenvolvimento de estudos regionais a respeito de inúmeros temas (principalmente sobre a escravidão).

A historiografia da escravidão no Brasil, portanto, principalmente nas últimas décadas passa por um contínuo redirecionamento metodológico que possibilita o retorno de objetos de estudo antes já discutidos e que coincide com traços semelhantes ao processo de construção historiográfica dos estudos da escravidão na Paraíba.

2 A ESCRAVIDÃO NA HISTORIOGRAFIA PARAIBANA

José Octávio de Arruda Mello (1988) no livro *A escravidão na Paraíba: Historiografia e História. Preconceitos e Racismo numa Produção Cultural* procurou analisar a produção historiográfica da escravidão na Paraíba a partir de três momentos: a elaborada no século XVIII; no século XIX e no século XX, mais precisamente a que gravita no período da comemoração do centenário da Abolição da escravidão no Brasil.

2.1 A ESCRAVIDÃO NA HISTORIOGRAFIA PARAIBANA DO SÉCULO XVIII

A historiografia paraibana setecentista deu pouco destaque ao papel desempenhado pelo elemento escravo em seu território. Isto pode ser explicado pela própria estrutura mental

da época, na qual não havia uma noção negativa em relação à instituição da escravidão. Sendo assim, a imagem do negro destacada pelos indivíduos do século XVIII se restringiu basicamente ao âmbito do trabalho, ou seja, o papel do escravo era sempre associado a sua condição de mão-de-obra e não como agente social. Segundo Mello (1988:39-40),

Mesmo assim, com uma ou outra exceção, o problema do negro não foi adequadamente abordado pela historiografia paraibana do século XVIII, [como também] a escravidão africana encontra-se fora de suas considerações, tamanha a predileção indígena e institucional que revelam.

Os escritores, que se dedicavam a relatar os acontecimentos daquela época, na maioria das vezes, preferiam dar destaque à participação da mão-de-obra indígena na Colônia. Com isso, ocultavam o papel do negro no cenário regional, uma vez que o “indivíduo de cor negra” era considerado um ser socialmente inferior ao “homem branco”.

A própria distinção citada anteriormente para conceituar as duas “raças”, “indivíduo de cor negra” e “homem branco”, já demonstra o grau de diferenciação utilizado para destacar a importância e o papel que cada grupo possuía na estrutura social. Em suas obras, ao utilizarem o termo raça, estão embebidos de uma mentalidade na qual não consideram o negro como “homem” propriamente dito e sim um bem, uma propriedade. Isto também reforça a visão de que eram os brancos os “civilizados”, daí a utilização do termo homem, e os negros os não civilizados.

A presença do negro na Capitania da Paraíba era tão significativa que a classe letrada não podia ignorar de forma absoluta a sua participação na Sociedade. O então Governador da Capitania da Paraíba, Fernando Delgado Freire de Castilho, relata a presença do negro em seu relatório anual sobre os problemas econômicos enfrentados nos engenhos de açúcar (MELLO, 1988). Ele faz isso com a finalidade de se justificar a dependência econômica da agricultura canavieira em relação à mão-de-obra escrava, reforçando a presença negra no campo do trabalho.

A maior parte da produção historiográfica paraibana do período setecentista não deu relevância à participação da mão-de-obra negra, sobretudo na região que corresponde

atualmente o Sertão do Estado da Paraíba (MELLO, 1988). Porém, nos séculos seguintes há um ganho considerável de obras historiográficas que partilham em suas discussões a temática da escravidão.

2.2 A ESCRAVIDÃO NA HISTORIOGRAFIA PARAIBANA DO SÉCULO XIX

A postura da historiografia paraibana do século XIX não se diferenciou significativamente da do século anterior no que diz respeito à figura do africano. Pois em ambas, a presença do elemento indígena era mais valorizada se comparada a do negro. Quanto mais pudessem omitir as características dos escravos melhor seria, como nos diz Mello (1988:46),

De mais a mais, trata-se de questão ideológica, eivada de preconceitos e desfigurações. Numa palavra, a classe dominante fazia-se consciente da degradação jurídica, moral e religiosa do trabalho escravo, daí porque visava a ocultá-lo nos desvãos da senzala.

Essa visão enraizada do negro, um indivíduo que traz aspectos negativos para a sociedade brasileira, foi fruto das ideologias trazidas pelos diversos viajantes estrangeiros que percorreram as diversas partes da Colônia. Contudo, as transformações que ocorreram na Europa⁹ fizeram com que a imagem do negro e a forma de se ver a escravidão fossem sofrendo alterações.

Aécio Aquino trata muito bem dessa nova visão antiescravista relatada pelos viajantes estrangeiros. Os escravos passam agora a ser caracterizados através de dois grupos principais: os escravos domésticos e os do eito. Geralmente os cronistas privilegiavam a figura escrava daqueles que constituem o primeiro grupo, se comparados com os do segundo.

⁹ Durante o Século XIX o sistema capitalista se ajusta aos novos interesses mundiais, os principais países que compõem este sistema, passam a basear suas economias no sistema de produção de mercadorias, e não mais no processo de circulação (MELLO, 1988: p. 49).

O escravo doméstico era aquele ligado diretamente aos serviços da casa-grande, [...] foi este tipo de escravo que levou alguns cronistas [a conhecerem] especialmente o ambiente acolhedor das casas grandes, [porém] muito diferente era a situação do escravo do campo [uma vez que] sua existência era precária e não se prolongava por muito tempo a vida útil [e] que poucas vezes podia entrar em contato com visitantes apressados. (AQUINO apud MELLO, 1988:48-49).

A partir da nova postura adotada pelos cronistas estrangeiros em relação à figura do cativo, em meados do século XIX, outros pesquisadores também começaram a se interessar pela temática em questão, citando a título de exemplo Diogo Velho, Beaurepaire Rohan e Cardoso Vieira.

Percebe-se na discussão dos parágrafos anteriores que no século XIX a produção historiográfica da escravidão na Paraíba oitocentista continuou apresentando semelhanças com a desenvolvida no século anterior. Mas, à medida que se aproximava o século XX houve um número maior de obras referente à produção historiográfica desenvolvida no período oitocentista.

2.3 A ESCRAVIDÃO NA HISTORIOGRAFIA PARAIBANA DO SÉCULO XX

Durante o século XX, a historiografia paraibana ganhou destaque no tocante ao desenvolvimento de estudos regionais sobre um conjunto de temas¹⁰. Dentre estes, a questão escrava ganhou relevo a partir das produções de Ireneu Joffily, Coriolano de Medeiros, José Américo de Almeida, Horácio de Almeida, entre outros. Portanto, estes historiadores deram continuidade ao processo das pesquisas iniciadas em meados do século XIX e contribuíram para o crescimento de estudos na Paraíba sobre a escravidão negra.

Como já foi discutido, a historiografia brasileira sofreu um contínuo processo de transformações teórico-metodológicas, e isso não se fez diferente na historiografia paraibana. A dissertação de Mestrado de Dianna Soares Galliza, *O Declínio da Escravidão na Paraíba –*

¹⁰ O cangaço, bem como a Revolução de 1930.

1850-1888 (1979), marca o início de novas inspirações dentro da “Nova Historiografia Paraibana” (MELLO, 1988).

Diana Galliza utiliza, para o desenvolvimento de seu estudo, os mesmos documentos usados pelos historiadores do século XX que buscavam perceber o papel do negro na sociedade paraibana. Contudo, a visão do cativo em sua obra é bem diferente da utilizada pelos historiadores do início do século XX, que enfatizavam basicamente a presença escrava na atividade canaveira. Galliza propõe investigar o declínio da população cativa na Paraíba através do tráfico interprovincial, objetivando perceber a participação da mão-de-obra negra nas mais diversas áreas do território paraibano.

O estudo de Diana Galliza é importante para a Historiografia da Escravidão na Paraíba porque a autora se desvencilha da visão tradicional sobre o negro abordada nos séculos anteriores. E a partir desta pesquisa novos trabalhos sobre a escravidão começaram a ser elaborados. À medida que se aproximava a época da comemoração do centenário da abolição brasileira (1988), diversos pesquisadores interessaram-se em investigar as nuances da escravidão no país. Como nota Stuart Schwartz (2001:22),

O centenário de 1988, portanto, apresentou um bom ponto de observação para que se lançasse um novo olhar às três décadas anteriores de estudos acadêmicos, durante as quais houvera progressos consideráveis no entendimento de como a escravidão funcionava no Brasil e o que significava para a nação e seu povo.

A comemoração do centenário da escravidão no país, junto com a criação, em várias universidades brasileiras, de diversos programas de pós-graduação, fez ampliar os estudos sobre escravidão no Brasil como um todo.

A escravidão na historiografia paraibana no início do século XX, portanto, foi elaborada seguindo a visão tradicional proposta nos séculos anteriores. Contudo, ao avançar os anos, novas metodologias foram implementadas, o que possibilitou um novo olhar dos historiadores acerca da problemática da escravidão.

REFERÊNCIAS

JENKINS, Keith. **A História repensada**. Tradução de Mario Vilela. 3. ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2007.

MELLO, José Octávio de Arruda. **A escravidão na Paraíba**: Historiografia e História. Preconceitos e racismo numa produção cultural. João Pessoa: A união, 1988.

MESGRAVIS, Laima. A Sociedade Brasileira e a Historiografia Colonial. In: Marcos Cezar de Freitas. (Org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000, p. 38-56.

PAIM, Antônio. **Momentos decisivos da história do Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

QUEIRÓZ, Suely Robles Reis de. Escravidão Negra em Debate. In: Marcos Cezar de Freitas. (Org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000, p. 103-117.

SCHAFF, Adam. Porque reescrevemos continuamente a história? . In:_____. **História e verdade**. Tradução de Maria Paula Duarte. 3. ed. Lisboa: Estampa, 2000, p. 167-195.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil-1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Tradução de Jussara Simões. São Paulo: EDUSC, 2001.